



Educação ambiental na interface da Educação do Campo

Letícia Freitas Azevedo¹(UESB)

Silvana do Nascimento Silva² (UESB)

Resumo: O presente estudo é fruto do projeto de pesquisa “A Formação Docente para o Contexto da Escolarização do Campo: mediando caminhos, traçando metas para um futuro sustentável³”, que busca analisar como os/as professores/as que atuam no contexto rural medeiam o ensino de ciências, atrelado a questão ambiental no paradigma do desenvolvimento sustentável. Esse trabalho subsidiará a pesquisa científica citada acima problematizando a Educação Ambiental na interface da Educação do Campo, além de fomentar a discussão teórica da sustentabilidade enquanto realidade possível e necessária. A pesquisa encontra-se em andamento, não dispondo de resultados práticos no momento, mas, este ensaio aponta reflexões de cunho teórico que problematizam a situação pesquisada.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Educação do Campo. Sustentabilidade.

Abstract The following study is the result of the research project "The Teacher Formation to the context of Rural Education: discussing ways, setting goals for a sustainable future", which seeks to analyze how teachers who work in the rural context mediate science education linked to environmental issues in the sustainable development paradigm. This project will support the above-mentioned scientific research questioning environmental education in the rural education interface, as well as promoting theoretical discussion of sustainability as possible reality and necessary. The research is ongoing and does not have practical results at the time. However, this essay points: theoretical reflections that question the searched situation.

Keyword: Environmental Education. Rural Education. Sustainability.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação Educação Científica e Formação de Professores Mestrado Acadêmico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: leticiaazevedo91@hotmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de Ciências Biológicas/UESB. Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências – UFBA, docente, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (DCB/UESB), coordenadora do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental e Formação de Professores - GPEAFP. E-mail: siluesb@hotmail.com

³ Pesquisa de mestrado em andamento, no Programa de Pós-Graduação Educação Científica e Formação de Professores, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, orientada pela Professora Silvana do Nascimento Silva.

1. Introdução

As mudanças climáticas, as reações da natureza e os diversos problemas ambientais que o Planeta Terra vem sofrendo ao longo de sua história põe em tela a importância de se repensar a ação humana em sua esfera planetária, instruir os seres para viver em harmonia com a natureza, ou seja, lançar mão de novas propostas educacionais que venham atender o desequilíbrio ambiental que paira sobre nosso planeta. Assim, a agressão ambiental fomenta a necessidade de uma educação ao seu contento.

A educação ambiental surge como um processo de problematização para repensar e transformar ou ao menos tentar minimizar as agressões que o ser humano vem realizando no meio ambiente. Pode-se dizer que a educação ambiental deve resgatar o papel fundamental que a educação tradicional não cumpriu, pois como respalda Paulo Freire “a educação é um enfoque crítico da realidade” (BELTRÃO; 1992 p. 161).

Estaprodução ensaia um estudo teórico sobre a Educação Ambiental na interface da Educação do Campo, fruto da inquietação da pesquisa submetida ao Mestrado Acadêmico em Educação Científica e Formação de Professores, que trago como título: A Formação Docente para o Contexto da Escolarização do Campo: mediando caminhos, traçando metas para um futuro sustentável. Assim, a pertinente reflexão que objetiva este trabalho subsidiará a pesquisa científica citada acima problematizando as seguintes inquietações: de que maneira a Educação Ambiental dialoga com o contexto rural? Há possibilidades de avanços no paradigma da Educação Ambiental dentro da proposta de Educação do Campo?

Nessa perspectiva, essa discussão servirá de fomento dentro de um plano teórico crítico sobre o tema citado, perpassando pela abordagem histórica da Educação Ambiental, suas discussões, relevâncias, assim como o entendimento a se firmar com a Educação do Campo, visto que o lócus da pesquisa iniciada será o espaço escolar rural, nos distritos de Barra Avenida e Itaibó, no município Jequié-BA.

Concomitante as abordagens que serão apresentadas, também será agregado a este ensaio, uma reflexão crucial sobre sustentabilidade, haja vista que a sua definição está interligada com a proposta de Educação Ambiental.

2. Educação Ambiental – Um breve histórico

A história das relações dos seres com o meio ambiente não pode ser separada de uma reflexão sobre a natureza do homem. Estabelecer uma história da ciência das relações entre os seres vivos e o seu meio ambiente implica, portanto, a compreensão da relação homem x natureza. Segundo Matos (2002, p. 16), “Há milênios, muito antes da estruturação do corpo de conhecimento chamado ciências existir, a relação dos seres humanos com o mundo era bem diferente”. Antes a natureza era respeitada, adorada, sendo a única responsável pela sobrevivência da espécie, a qual vivia basicamente de uma agricultura rudimentar.

O ser humano retirava da natureza apenas o necessário para sua sobrevivência, respeitando-a como superorganismo vivo, renovável, sendo admirada por inúmeras façanhas. Dentre as quais se destaca a auto reprodução natural, em virtude do equilíbrio temporal necessário para seu efeito. A relação homem-natureza ao longo da história assume total inferência na compreensão da dimensão humana e seu comportamento para com meio ambiente (MATOS, 2002).

Na compreensão de Sócrates, preconizava-se o universo homem, base da ideologia filosófica estritamente ligada à concepção antropológica, conhecer a si mesmo. Na concepção cristã, abre-se para o homem e, portanto, também para a reflexão antropológica, uma nova perspectiva. O fundo sobre o qual se desenvolve a vida humana não é mais a natureza do cosmos, mas, sim, aquele da história da salvação, ou seja, a ligação com Deus (teocentrismo). Na vida ocidental, o cristianismo passa a imperar uma visão bastante antropocêntrica, visando estabelecer a “dualidade entre homem e natureza, deixando claro que o homem deve explorá-la em seu benefício” (WHITE, Apud MATOS, 2002, p. 18). Em contrapartida, esta relação não deve ser compreendida pela ideia de que há um mundo natural em oposição ao mundo humano; uma natureza que deveria permanecer estática, protegida, fora do alcance do ser humano, uma natureza do naturalismo (CARVALHO, 2006). Segundo Loureiro (MMA, 2004, p. 79), “a natureza deve ser pensada como movimento permanente de auto-organização e criação do universo e, portanto, da vida”.

No período medieval, a terra era distribuída em unidade, que comportava uma família em que a base de sobrevivência era a cultura de subsistência. Posteriormente, a distribuição territorial deixou de ter seu referencial na necessidade da família para estar de acordo com a capacidade de produção. A partir daí a relação homem/natureza foi profundamente modificada. O homem que antes era parte da natureza passou a ser o seu maior explorador, assim, a natureza passa a ser utilizada como recurso – um meio para atingir um fim – em virtude do caráter pragmático, que o conhecimento adquire (GONÇALVES, 2004). Neste sentido, o homem passa a ser visto como o centro do mundo, em oposição à natureza, que se torna, para a filosofia cartesiana⁴, mero objeto a ser transformado (MORAIS, 1999).

Afirma-se na história, tendo em vista a crise ambiental instaurada, que itens importantes para vida, como: água, ar, solo, biodiversidade, florestas, energia etc. são degradados demasiada e atualmente em um nível acelerado. A ação humana passa a danificar o equilíbrio da Terra, promovendo a destruição em massa do mundo vegetal e animal, colocando em risco a extinção de sua própria espécie. Em atendimento a este drama ecológico narrado, eis que surgem as primeiras iniciativas em favor da discussão ambiental, as quais ganharam, posteriormente, força e visibilidade.

A reflexão acerca da relação sociedade/natureza iniciou-se no século XIX, tornando-se mais intensa a partir do século XX. Na década de 50, a comunidade científica passou a se preocupar com os problemas ambientais, e na década de 60, as organizações não governamentais também aderiram à causa. Já em 70, inicia-se a preocupação ambiental por parte dos governos e partidos políticos, e a partir dos anos

⁴ É com Descartes que o homem passa a ser visto como centro do mundo, como sujeito, e a natureza como objeto a ser dominado. Na doutrina cartesiana, separa-se a matéria do pensamento (GONÇALVES, 2014).

80, formulam-se estratégias de apropriação e defesa do meio ambiente, mediante o desenvolvimento de políticas diferenciadas (CRUZ, 2011).

No ano de 1987, a comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento publicava “Nosso Futuro Comum”, documento também conhecido como Relatório Brundtland, que ajudou a disseminar o ideal de um desenvolvimento sustentável para diferentes setores das sociedades modernas. Em contrapartida, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, que também reafirma esse ideal e estabelece um plano de ação para o século XXI:

Recomenda-se que os organismos do Sistema das Nações Unidas e, em particular, a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura e as demais instituições internacionais interessadas, através de consultas e de comum acordo, adotem as medidas necessárias para estabelecer um programa internacional de educação sobre meio ambiente, com enfoque interdisciplinar e de caráter escolar e extra-escolar, abrangendo todos os níveis do ensino e dirigindo-se ao público em geral, com vistas a transmitir-lhes as medidas elementares que, dentro de suas possibilidades, venham a tomar para ordenar e controlar o meio que vivem. (VENÂNCIO, 1998, p. 30)

A notória percepção frente ao paradigma da Educação Ambiental proporciona uma vigilância global às trágicas reações ambientais que assolam o cotidiano do nosso planeta. Jara cita uma dessas:

Desde 1980, a terra já experimentou os dez anos mais quentes dos últimos 130 anos que se tem registros da temperatura média global. O aquecimento global está ameaçando os climas do planeta, a degradação dos solos e das reservas de água doce, está diminuindo a produtividade da agricultura, levando pouco a pouco para escassez de alimentos e condicionando, silenciosamente, um grave quadro de instabilidade social. (1998, p. 40)

O impacto na instabilidade social citado por Jara (1998) é tão grotesco que o autor acrescenta em suas reflexões o exemplo da China, esta que em 1994 era responsável pela exportação de oito milhões de toneladas de grãos, e em 1995, transformou-se em um importador de dezesseis milhões de toneladas.

A busca por uma sociedade sustentável, fundada em novos princípios éticos, valores culturais e potenciais produtivos, torna-se cada dia mais real, pois, o comportamento do homem capitalista moderno tem impactos consideráveis no meio ambiente, este está construindo uma vida social de “caráter autodestrutivo”. “Precisamos reformular nossas ideias e conceitos, redefinir objetivos, procurando construir um novo paradigma que reorienta nosso rumo civilizatório” ou estaremos caminhando numa rota suicida que ameaça a vida e a capacidade produtiva e reprodutiva futura (JARA, 1998, p 17). Nesse sentido, Loureiro (2002), ao compreender a precisão de entendermos que a humanidade não domina a natureza, mas interage com ela e nela, afirma que a sociedade contemporânea assume uma ação predatória e potencialmente ameaçadora da vida na Terra, em função das relações sociais e de produção. Em contrapartida, Carvalho ressalta que:

...sempre podemos repensar, reinterpretar o que vemos e o que nos afeta à luz de novas considerações, do diálogo com nossos interlocutores, de novas percepções e sentimentos e das experiências acumuladas ao longo de nossa trajetória de vida. (2004, p.6)

Contudo, a Educação Ambiental deve ser um exercício de cidadania, um dever de todos, sobretudo diante de tantos problemas que surgiram e vem surgindo. A disseminação dessa prática deve perpassar pelas instâncias empresariais, escolares, acadêmicas, públicas, ou seja, toda esfera social. Esta educação não deverá se furtar de assumir uma visão biocêntrica, que corrompa o comportamento antropocêntrico, e, sim, engajar-se na mobilização universal de responsabilidade pela crise ambiental instaurada. Nessa perspectiva de educação, cita Loureiro:

...trato aqui de uma educação ambiental que se origina no escopo das pedagogias críticas e emancipatórias, especialmente dialéticas, em suas interfaces com a chamada teoria da complexidade, visando um novo paradigma para uma nova sociedade. Falo de um campo amplo que se mostra adequado à educação ambiental pelo tratamento consistente de nossa especificidade como seres biológicos, sociais e históricos, de nossa complexidade como espécie e da dialética natureza/ sociedade como unidade dinâmica. (MMA, 2004, p. 79)

Sendo assim, o autor pressupõe uma Educação Ambiental transformadora sob uma dialética de educação que promova a ruptura/transformação de maneiras opressoras e alienadas de vida. Busca, desse modo, revolucionar os indivíduos em suas subjetividades e práticas, emancipando-os para o pensamento universal coletivo e a vida a partir da reflexão e participação em movimentos sociais e de lutas.

3 A Educação Ambiental no contexto rural

Na perspectiva do contexto rural, a necessidade de se discutir problemas ambientais e propostas de educação que visam atender a esta demanda, mostra-se cada vez mais plausível e extremamente pertinente, haja vista que acentuados problemas advindos da crise ambiental global por hora refletem no espaço rural ou emergem desta realidade.

A agricultura, a pecuária, avicultura dentre outros meios de produção, oriundos do espaço campestre, sendo estes fatores indispensáveis para a economia e movimentação do mercado interno e externo brasileiro, ocupam assim, a base indispensável para o desenvolvimento do País. O Campo é a pedra base do enfileirado “jogo de dominó” que irá desmoronar na sequência em que as outras pedras caírem.

Os impactos ambientais que afetam o espaço rural têm fortes influências na vida do homem do campo. Podemos referenciar a modernização tecnológica, que ganhou perceptível proporção no processo de produção agrícola. As novas técnicas, máquinas e ferramentas avançadas favorecem a produtividade dos agropecuaristas, desfavorecendo assim, o trabalhador, que logo é substituído por essa tendência tecnológica, alimentando o desemprego e o êxodo rural.

O Brasil ostenta o vergonhoso título de campeão mundial em desmatamento. Esta realidade se deu pelo caos da competitividade econômica citada acima, a expansão indiscriminada da fronteira agropecuária da lógica destrutiva de exploração madeireira; gerenciamento inadequado das florestas, dos solos e dos ecossistemas; enfim, “a competitividade e a produtividade dependem cada vez menos de fatores naturais”(JARA, 1998, p. 67).

Nesta proporção, a comunidade camponesa defronta-se com um ambiente que se deteriora drasticamente. O aquecimento global, tema este polêmico e por muitos ignorados, influencia intensamente na produção rural, seja no desequilíbrio temporal ou climático, que desfavorece o plantio, a colheita, quanto na produção irresponsável de gases nocivos a vida no planeta. Sendo que os mentores desta ação são representantes de grandes corporações industriais, obcecados por seus interesses econômicos. Para Cruz (2011, p.13), “as atividades fundadas no modelo econômico desconsidera o tempo de que os ecossistemas necessitam para se autoproduzirem, bem como para absorverem os detritos produzidos pela sociedade industrial”.

As fortes chuvas, fruto do desequilíbrio ambiental, provocam arrasadoras enchentes que destroem safras, matam criações de gados, aves etc. Com isso, elevam-se os preços dos alimentos, pois na escassez da produção o mercado fica em alta e segundo Boff (2012), fortalece a emigração de populações inteiras na disputa por espaço e recursos. Os conflitos emergidos da pobreza, da crise ambiental será o pontapé para a mudança global, como cita Cruz:

O debate acerca da crise ambiental é atravessado por interesses em conflito: conflitos entre diferentes grupos sociais, conflitos de competência entre esferas de governo e conflitos entre leis ambientais que repercutem na prática social, na medida em que o discurso fundamenta as ações desenvolvidas pelos diferentes segmentos da sociedade. (p. 36)

No seguimento da práxis pedagógica, a dimensão ambiental tem como meta a aprendizagem. Esta que motivará o indivíduo a reconhecer, valorizar e compreender melhor a natureza, buscando novas formas de relacionamento, pautado no princípio do respeito e integração ambiental. (MARCATTO, 2002)

Em contrapartida, existe por parte das escolas, a necessidade de inserir como conteúdo obrigatório o tema meio ambiente, conforme está preconizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s (1997). No contexto rural, faz-se necessário identificar de que forma as escolas têm tratado esse tema, o qual por si só é relevante e complexo, haja vista que “todos” necessitam de orientação adequada para permitir a sustentabilidade dos recursos naturais e do próprio meio ambiente, visando garantir a manutenção da qualidade de vida. É importante frisar que ao negar qualquer tipo de informação ou educação referindo-se ao povo do campo é uma exclusão e desigualdade. (ARROYO & FERNANDES, 1999)

No entanto, Layrargues (2006, 85) compreende a Educação Ambiental como um vetor de mudança social, assim a sua prática pedagógica pode agir a serviço da reprodução ou da transformação das condições sociais, “se reproduzem os valores os princípios, os fundamentos e em especial, as relações sociais capitalistas; ou ao contrário, se os transformam”.

Assim, é pertinente a inserção do discurso ambiental na proposta da Educação do Campo, como meio necessário ao avanço e rompimento de posturas humanas equivocadas, atreladas a práticas conservadoras. O homem campestre ao ser incluído e instruído formalmente das questões ambientais também poderá: construir e ressignificar o conhecimento; associar os impactos que assolam a dimensão global/mundo e local/campo aos seus respectivos mentores; fomentar atitudes concretas de honestidade e respeito ao planeta, avançar no entendimento ecológico e na relação homem/natureza ou campo/natureza; submeter-se a um novo estilo de vida, a uma sustentabilidade possível.

Nesse contexto, Jara (1998) compreende que a promoção do desenvolvimento rural sustentável se firmará a partir da adequação de políticas, marcos de atuação e diretrizes que sejam: tecnicamente viáveis; economicamente rentáveis; socialmente equitativas; institucionalmente executáveis; ambientalmente sustentáveis. Também cita os desafios para se tirar a agricultura familiar da penúria: “romper com os relacionamentos excludentes, mudar a cultura política, modernizar as instituições, construir modelos decisórios locais participativos e promover um clima de aprendizagem contínua e de informação entre as organizações” (p. 71).

Enfim, a organização e o desenvolvimento sustentável do agricultor campestre serão provenientes de um empoderamento de direitos, da autonomia conquistada e do enfrentamento estabelecido frente às reais situações/organismos que subestimam a consciência ambiental e marcham contra os interesses de um mundo mais justo, solidário, equitativo e ambientalmente sustentável.

4 Sustentabilidade: uma realidade possível

O conceito de sustentabilidade surgiu e foi elaborado a partir da silvicultura⁵, do manejo com o aproveitamento das florestas. Em todo o mundo antigo e até o despontar da Idade Moderna a madeira era a matéria-prima na construção de casas, móveis e em instrumentos agrícolas ou mesmo para combustíveis para cozimento dos alimentos e aquecimento das casas (BOFF, 2012). O autor salienta que houve uma expressiva amplitude no uso deste recurso, seja no derretimento de metais ou na construção de barcos, e seu uso foi intensivo, particularmente nos países que assumiam grande potência marítima da época, como na Espanha e em Portugal.

Em 1560, na Província da Saxônia - Alemanha, surgiu pela primeira vez, a preocupação pelo uso “racional das florestas, de forma que elas pudessem se regenerar e se manter permanente”, originando, nesse contexto, a palavra alemã *Nachhaltigkeit*, na sua tradução, “sustentabilidade”.

Mais de um século e meio depois, em 1713, novamente na Saxônia, a palavra sustentabilidade é transformada num conceito estratégico por Hans Carl Von Carlowitz. O mesmo parte da percepção abstraída no momento, da produção de carvão vegetal, extraído da madeira, o que demandava o abatimento de florestas para atender esta nova frente de progresso. Em tempo, Carlowitz escreve um verdadeiro tratado sobre a sustentabilidade das florestas intitulado: *Silvicultura Oeconomica*, escrito na língua

⁵Ciência que trata do cultivo, reprodução e desenvolvimento de árvores florestais.

científica da época, o latim. A obra “propunha enfaticamente o uso sustentável da madeira” e seu marco era: devemos tratar a madeira com cuidado, ou do contrário, acabará o negócio e também o lucro (BOFF, 2012, p.33). Percebe-se, segundo o autor, a necessidade de extrair o tanto de lenha que a floresta pode suportar e que permita a continuidade de seu crescimento.

A partir daí, surgem iniciativas de poderes locais na motivação do replantio das árvores nas regiões desflorestadas. A preocupação com a sustentabilidade das florestas tornou-se tão robusta e sólida que fomentou a criação de uma nova ciência: a silvicultura. Com esse feito, fundaram-se na Saxônia e na Prússia, academias de silvicultura, sendo assistidos estudantes de toda a Europa, da Escandinávia, dos Estados Unidos e até da Índia. O conceito de sustentabilidade “se manteve vivo nos círculos ligados à silvicultura e fez-se ouvir em 1970, quando se criou o Clube de Roma, cujo primeiro relatório foi sobre *Os limites do crescimento*”, tendo como reflexão, fortes discussões nos meios científicos, nas empresas e na sociedade (BOFF, 2012, 34).

A repercussão desde relatório levou a ONU a apoderar-se do tema, realizando em junho de 1972 em Estocolmo a “Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente”, que segundo Boff (2012), não obtivera resultados significativos, no entanto, seu melhor fruto foi a decisão de criar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Pnuma. Em 1984, outra conferência foi realizada, dando origem à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo como lema: “Uma agenda global para a mudança”. Assim, encerraram-se em 1987 os trabalhos da comissão composta por dezenas de especialistas com o relatório da Primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundland com o pertinente título “*Nosso futuro comum*”, também chamado de *Relatório Brundland*.

Na concepção do Relatório Brudtland, o desenvolvimento sustentável deve se configurar em um novo paradigma de desenvolvimento e parte de uma base ética demandando uma solidariedade social e a necessidade de subordinação da dinâmica econômica aos interesses da sociedade e às condições do meio ambiente.

Este paradigma ganha visibilidade e muitas são as contribuições teóricas que anseiam o seu entendimento e a consciência do seu uso, tornando-o cada vez mais possível e necessário. Porém, os mecanismos de mercado são inadequados para garantir a sustentabilidade, pois segundo Jara (1998, p.35), “geralmente o mercado opera como máquina cega que não é capaz de diferenciar entre feio e bonito, saudável e nocivo, moral e amoral”.

Na proposta de fortalecer a solidariedade e as frentes de lutas em prol a proteção do futuro daqueles que ainda não nasceram, Jara (1998) afirma que somos testemunhas de um mundo socialmente polarizado e ambientalmente degradado, que sofre com as patologias da pobreza, com a crescente concentração de renda nos segmentos superiores da sociedade, com a persistente exclusão dos trabalhadores, bem como com as injustiças extremas.

O autor compreende que a sociedade contemporânea caminha por uma rota grávida de perigos, anomalias, vulnerabilidade, agressões e que estamos convencidos de que o caminho atual da cultura do desenvolvimento indiscriminado é insustentável, e que põe em risco a nossa sobrevivência. Assim, “chegamos numa encruzilhada

civilizatória. Ou continuamos no sentido do crescimento quantitativo, a toda velocidade, até destruir o nosso sistema de apoio natural, ou mudamos o curso” (JARA, 1998, p 13).

Boff (2012) no intuito de promover uma mobilização frente à catástrofe ambiental que assola a Terra e a permanência da vida nesta esfera, o autor emite um chamado, tendo em vista a necessidade de compreender a sustentabilidade de forma globalizada quando cita:

Se olharmos o futuro da humanidade e da Mãe Terra pelos os olhos de nossos filhos e netos sentiremos, imediatamente, a necessidade de nos preocuparmos com a sustentabilidade e de criar meios de implementá-la em todos os campos da realidade. (2012, p.11)

Nesta perspectiva, a necessidade de se criar uma aliança de cuidado com a Terra é cada vez mais real, superar os riscos, responsabilizar-se de forma efetiva e universal, promover um alinhamento das práticas humanas no que cerne a sustentação da vida, buscar um novo começo, “um modo de vida sustentável”. Pois, é extremamente necessária e urgente a participação de todos/as neste projeto viável à existência humana.

Considerações finais

Na perspectiva de não esgotar, mas problematizar o tema Educação Ambiental, esse trabalho buscou disseminar contribuições histórico-teóricas sobre os nuances do tema. Levantado, assim, a pertinente reflexão frente às demandas ambientais que assolam e ameaçam a vida, pois na atualidade muitas são as situações apresentadas sobre a drástica destruição das florestas, estando veemente interligada com a competitividade econômica, a lógica capitalista do “desmatar para ganhar” que soma resultados irreparáveis na sobrevivência das espécies que compõe nosso ecossistema.

O diálogo proposto frente à necessidade de se pensar Educação Ambiental na Interface da Educação do Campo, estabelece ricas reflexões a cerca do modo de estar e agir do homem camponês, a compreensão de que esta discussão está intrinsecamente ligada ao espaço rural e as instituições que a compõe. Sendo a instituição educacional, ou seja, a escola, lócus da pesquisa iniciada, uma forte ferramenta a difundir a educação ecológica, fomentando propostas e reflexões que atendam as demandadas situações de seu contexto local ou global.

Por vez, é plausível também a consciência de que participamos naturalmente de uma teia (ecossistema), e caso um elemento, ou vários, forem extintos, isso se refletirá no todo, promovendo o desequilíbrio desta teia. Não havendo a sintonia dos pares que compõe a vida o caos está disseminado, numa ordem socioecológica insustentável. E para atender a realidade ambiental vigente, o homem deve assumir posturas comportamentais e de consciência que favoreçam o equilíbrio ecológico, que sustente os recursos indispensáveis à vida, em fim, reconheça a sustentabilidade como a única via possível de se reparar os danos provenientes da relação homem/natureza.

Referências

ARROYO, Miguel G. e FERNANDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social do campo*. Coleção Por uma Educação Básica do Campo. Nº 02. Brasília: 1999.

BELTRÃO, Jimena Felipe & BELTRÃO, Jane Felipe. *Educação Ambiental na Pan-Amazônia*. Belém, UNAMAZ, UFPA, 1992.

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é: o que não é*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Disponível em:
http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____, Isabel Cristina Moura. Educação, Natureza e cultura: ou sobre o destino das latas. IN: ZARZKZEVSKI, S.; BARCELOS, V. (Orgs). *Educação ambiental ecompromisso social: pensamentos e ações*. EREXIM, EDIFAPES, 2004. PP 163-174. Disponível em: <http://www.ambiente.gov.ar/infoteca/ea/descargas/carvalho03.pdf>

CRUZ, Cláudia Anastácio Coelho. *Discurso ambiental e planejamento territorial na Região Sudoeste da Bahia: limites e possibilidades*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

GONÇALVES, C. W. P. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2004.

JARA, Carlos Julio. *A sustentabilidade do desenvolvimento local*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco – Seplan, 1998.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Teoria Social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (Orgs.). *Sociedade e meio Ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 15-49.

_____, C. F. B. LAYRARGUES, P. P. CASTRO, R. S. de (Orgs.). *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006.

MARCATTO, Celso. *Educação ambiental: conceitos e princípios*. Belo Horizonte: FEAM, 2002, P. 31. Disponível em:
http://www.feam.br/images/stories/arquivos/Educacao_Ambiental_Conceitos_Principios.pdf.

MORAIS, E. M. B. de. Evolução epistemológica do conceito de natureza. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 75-98, 1999.

MATOS, Sônia Maria Teixeira de Matos. A construção das resistências e do (Re) significado da vida no campo: Perspectivas para a juventude. Dissertação de Mestrado. Brasília: 2002.

VENÂNCIO, Viana Azevedo. **Educação ambiental:** as grandes orientações da Conferência de Tbilisi – organizado pela UNESCO. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – (coleção meio ambiente. Série estudos educação ambiental). Edição especial, 1998.